



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

### **LEI N. 2.216, DE 11 DE ABRIL DE 2017**

(DOM 11.04.2017 – N. 4.104, ANO XVIII)

**DISPÕE** sobre a proibição da cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### **LEI:**

**Art. 1.º** É vedada a cobrança pelas instituições educacionais da primeira emissão de documentação comprobatória do curso de nível fundamental, médio e superior, bem como da primeira via de documentação comprobatória das atividades acadêmicas oferecidas aos estudantes nelas matriculados ou formados, no âmbito do município de Manaus.

**§ 1.º** Entenda-se como documentação comprobatória os diplomas, certificados, históricos escolares, certidões e declarações acadêmicas e escolares em geral, como os que atestam programas de curso, horários e turno de aulas, estágio, planos de ensino, negativas de débito na instituição e na biblioteca, disciplinas cursadas, para transferência, colação de grau, de conclusão de curso, atestados de natureza acadêmica ou escolar e assemelhados.

**§ 2.º** Fica autorizada a cobrança de taxa de emissão de certificados, além dos documentos listados no § 1.º, especificamente aos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conhecidos como “supletivos”.

**Art. 2.º** O descumprimento desta Lei acarretará em aplicação das seguintes sanções:

- I** – advertência;
- II** – em caso de autuação, multa no valor de cinco a trinta Unidades Fiscais do Município (UFMs);
- III** – em caso de reincidência, multa de trinta e uma a sessenta UFM’s.

**Parágrafo único.** A pena de multa será graduada de acordo com a condição econômica do infrator.

**Art. 3.º** Compete aos órgãos de defesa do consumidor fiscalizar o cumprimento das disposições contidas nesta Lei, recebendo denúncias e aplicando as sanções cabíveis.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS**

### **DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Art. 4.º** O não cumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa dos seus dirigentes na conformidade da legislação aplicável.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 11 de abril de 2017.

**MARCOS SÉRGIO ROTTA**  
Prefeito de Manaus, em exercício

**JOSÉ FERNANDO DE FARIAS**  
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no DOM de 11.04.2017 – Edição n. 4.104, Ano XVIII.



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS

Manaus, terça-feira, 11 de abril de 2017.

Ano XVIII, Edição 4104 - R\$ 1,00

## Poder Executivo

### LEI Nº 2.216, DE 11 DE ABRIL DE 2017

**DISPÕE** sobre a proibição da cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

**O PREFEITO DE MANAUS**, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

**Art. 1.º** É vedada a cobrança pelas instituições educacionais da primeira emissão de documentação comprobatória do curso de nível fundamental, médio e superior, bem como da primeira via de documentação comprobatória das atividades acadêmicas oferecidas aos estudantes nelas matriculados ou formados, no âmbito do município de Manaus.

**§ 1.º** Entenda-se como documentação comprobatória os diplomas, certificados, históricos escolares, certidões e declarações acadêmicas e escolares em geral, como os que atestam programas de curso, horários e turno de aulas, estágio, planos de ensino, negativas de débito na instituição e na biblioteca, disciplinas cursadas, para transferência, colação de grau, de conclusão de curso, atestados de natureza acadêmica ou escolar e semelhantes.

**§ 2.º** Fica autorizada a cobrança de taxa de emissão de certificados, além dos documentos listados no § 1.º, especificamente aos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conhecidos como "supletivos".

**Art. 2.º** O descumprimento desta Lei acarretará em aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – em caso de autuação, multa no valor de cinco a trinta Unidades Fiscais do Município (UFMs);

III – em caso de reincidência, multa de trinta e uma a sessenta UFM's.

**Parágrafo único.** A pena de multa será graduada de acordo com a condição econômica do infrator.

**Art. 3.º** Compete aos órgãos de defesa do consumidor fiscalizar o cumprimento das disposições contidas nesta Lei, recebendo denúncias e aplicando as sanções cabíveis.

**Art. 4.º** O não cumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa dos seus dirigentes na conformidade da legislação aplicável.

**Art. 5.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 11 de abril de 2017.

  
**MARCOS SÉRGIO ROTA**  
Prefeito de Manaus, em exercício  
  
**JOSÉ FERNANDO DE FARIAS**  
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

### (\*) LEI Nº 2.214, DE 04 DE ABRIL DE 2017

**INSTITUI** o Sistema Municipal de Fomento à Cultura (SISCULT) no âmbito do município de Manaus e dá outras providências.

**O PREFEITO DE MANAUS**, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

**FAÇO SABER** que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

#### LEI:

**Art. 1.º** Fica instituído o Sistema Municipal de Fomento à Cultura (SISCULT) no âmbito do Órgão Municipal de Cultura, com a finalidade de implementar um modelo de políticas públicas para o fomento da cultura em Manaus, operado por meio de editais, de modo a atender às atividades artístico-culturais no campo da produção, formação, difusão, intercâmbio, pesquisa, ocupação e outras atividades e campos correlatos no município de Manaus.

**Art. 2.º** O SISCULT tem por objetivos:

I – estimular a criação, a produção, o acesso, a formação e o desenvolvimento cultural da cidade;

II – promover e democratizar o acesso aos bens culturais; e

III – estimular as dinâmicas culturais locais e a criação artística.

**Art. 3.º** Os recursos destinados ao SISCULT deverão ser aplicados, por meio de Editais, em atividades que visem a fomentar e a estimular a produção cultural no município de Manaus vinculadas às diversas linguagens artísticas e culturais consideradas relevantes para o desenvolvimento humano, cultural e de formação para a cidadania no município de Manaus.